

Ensino Médio pode se tornar obrigatório

(Mozarly Almeida)

MAIS ALUNOS EM SALA

Projeto de lei pode contribuir para a maior destinação de recursos ao Ensino Médio, apontam estudiosos

Cerca de 20% da população jovem do Ceará, na faixa de 15 a 17 anos, estão fora da escola, seja ela privada ou pública. Oficialmente, essa é a faixa prevista para a cobertura do Ensino Médio, onde os números somente da rede pública são mais ainda desanimadores: no ano passado, a taxa de abandono da escola chegou a 15,7% e a de reprovação a 7,8%.

Apesar dos avanços - vale lembrar que a taxa de abandono na rede oficial registrada em 2007 foi 16,4% -, o quadro do Ensino Médio no Ceará é preocupante. Porém, a expectativa é de melhorias dessa realidade, tanto no âmbito local como nacional, caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o projeto de lei do senador Cristovam Buarque, já aprovado no Congresso e que torna o Ensino Médio obrigatório no Brasil já a partir do próximo ano.

Num mundo em que a importância da educação é crescente, como era de se esperar a expectativa quanto à aprovação do projeto é grande entre educadores e estudiosos da área.

A própria coordenadora de Desenvolvimento da Escola da Secretaria de Educação Básica do Estado (Seduc), Conceição Ávila, avalia que a proposta do senador, se transformada em lei, deverá trazer uma mudança substancial no Ensino Médio, sobretudo no que se refere à liberação de recursos para a garantia da oferta de vagas.



Apesar de reconhecer a existência de muitos desafios no Ensino Médio, Conceição Ávila ressalta que há áreas do Interior e na Capital cearense "com vagas ociosas, e em outras a situação é mesmo crítica".

Um entusiasta desse projeto-de-lei, o ex-presidente do Conselho Estadual de Educação, Marcondes Rosa, cita que a educação é processo contínuo e um direito de todos os cidadãos, "do nascer ao morrer". Tanto que hoje há uma esperança muito acentuada das pessoas em relação à escola, desde a educação infantil até o ensino superior, completa.

Marcondes Rosa frisa que o processo educacional não se esgota mais na graduação, englobando vários tipos de graduação e pós-graduação. "O aprendizado é permanente e acompanha as mudanças da sociedade", disse, afirmando que em função de tudo isso "só posso saudar a iniciativa de tornar o Ensino Médio obrigatório".

Já o sociólogo André Haguette, também Doutor em Educação, acredita que o projeto segue preceitos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que prevêem o direito de todos ao ensino. Explicou que o Ensino Médio é gratuito na rede oficial, mas não obrigatório. "Pela Constituição de 1988 nós chegaríamos lá, no momento oportuno",

frisou. Observa ter havido, no Ceará, um enorme progresso nesse nível de ensino, com o aumento do número de matrículas para jovens de 15 a 19 anos. "Porém, estamos distantes dos países desenvolvidos", comentou.

Para ele, além de questões estruturais, o Ensino Médio sofre com os reflexos de duas questões. A primeira delas é o desinteresse dos alunos e o segundo, o cansaço, uma vez que muitos trabalham durante o dia e estudam à noite. Com isso, o abandono e a reprovação são previsíveis. Como hoje o Ensino Fundamental é de responsabilidade do Município e o Ensino Médio do Estado, o sociólogo diz que o projeto não só contribuiria para a maior destinação de recursos como para a universalização do Ensino Médio.

CENSO ESCOLAR

20% dos jovens estão fora da escola

O censo escolar confirma: no Ceará, apenas 80,8% dos jovens estão na escola. Em outras palavras, quase 20% do universo de pessoas na faixa de 15 a 17 anos está fora da sala de aula. O quadro é preocupante, concorda até mesmo uma das dirigentes da Seduc, Conceição Ávila. "Os desafios do Ensino Médio são enormes", complementa.

Segundo ela, isso fica comprovado ainda pelas elevadas taxas de abandono e reprovação no Ensino Médio apontadas em estudos da Seduc. "É preciso pensar numa escola mais atraente", pondera. O desinteresse dos alunos, informa, ficou demonstrado também no primeiro semestre deste ano pela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

Por sua vez, a presidente do Sindicato Apeoc, Penha Alencar, enfatiza ser preciso investir mais em educação, o que inclui melhores salários para os professores e melhoria da estrutura física das escolas, dentre outras medidas.

Lembra, ainda, haver escassez de professores de Matemática, Química e Física na rede oficial de ensino. "Hoje, a moeda do mundo é o saber", frisou, defendendo a sanção presidencial ao PL que torna obrigatório o Ensino Médio.

Também para a diretora do colegiado do Sindicato Único dos Professores no Estado (Sindiute), Gardênia Baima, o projeto do senador Cristovam Buarque pode representar um avanço importante no Ensino Médio no Ceará e no restante do País. Gardênia ressalta que enquanto faltam professores na rede oficial, "infelizmente ainda temos cerca de nove mil profissionais terceirizados".

Para ela, o concurso para professores anunciado pelo governo do Estado é louvável, mas é necessário averiguar as reais demandas de pessoal e de recursos pedagógicos.

Já o promotor de Justiça Enaltan Carlos de Oliveira aponta alguns programas positivos na área de educação, como alfabetizar na idade certa, melhorar a qualidade do ensino, qualificação dos profissionais do magistério, criação pelo Estado de mais de 20 unidades escolares de Ensino Médio integrado com a educação profissional e previsão de alcançar o número de 100 unidades. Contudo, ele reitera a tendência de melhor nível do ensino nas instituições privadas.

OPINIÃO DO ESPECIALISTA

Projeto de lei aprimora o sistema no País

Analisando a principal proposta do projeto que torna obrigatório o Ensino Médio, podemos compará-la, guardada as devidas proporções, com o que ocorreu com o Programa Saúde da Família (PSF) em nosso País. Foi preciso tempo e trabalho para que a sociedade brasileira acreditasse na seriedade e no bom propósito daquele programa. Do mesmo modo, será com o projeto de lei do senador Cristovam Buarque, de número 7.409/2006. É preciso compromisso dos governos estaduais e participação da sociedade para a concretude dos objetivos introduzidos no projeto. De logo, afirmo que levará tempo para que se tenha resultados práticos. Outro aspecto é a grande extensão desse projeto, que vislumbra intronizar na sala de aula um grande número de alunos, necessitando de recursos. É como diz o senador: "dinheiro para a educação, se questiona a fonte".

ELNATAN CARLOS DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça de Defesa da Educação